



Estamos evoluindo para perceber o quão abrangente é o Mandato Cultural, ou seja, a ordem para que o homem desenvolva civilização dada pelo Criador (Gn 1.26,28). O Mandato Cultural implica não apenas na criação de cultura mas também na formação de sociedades inteiras e por isso também tem a ver com política, governança, estado, economia e

dinheiro. Cornelius Plantinga afirmar que “a boa criação de Deus inclui não somente a Terra e suas criaturas, mas também uma gama de dons culturais, tais como o casamento, a família, as artes, a linguagem, o comércio e (até num mundo ideal) o governo”.<sup>1</sup>

Se a boa criação de Deus inclui o governo e o comércio, então as questões relativas ao modelo econômico adotado – capitalismo ou socialismo – e o papel do estado e o uso do dinheiro são questões que não podem ser desprezadas em uma cosmovisão cristã. Nancy Pearcey afirma que “A palavra criativa de Deus é a fonte das leis da natureza física que estudamos nas ciências naturais. Também é a fonte das leis da natureza humana — os princípios da moralidade (ética), da justiça (política), do empreendimento criativo (economia), da estética (artes) e até do pensamento claro (lógica)”.<sup>2</sup> Ou seja, as Escrituras devem ser o fundamento para o entendimento acerca dessas realidades, incluindo o estado e a economia.

Dessa forma, vamos considerar estes dois elementos de maneira simultânea, embora cada um deles merecesse um olhar específico e detido. Vamos considerá-los de um só golpe pois a história recente tem mostrado os entroncamentos claros entre estado e economia, especialmente no período da Guerra Fria, na qual o mundo se viu entre dois blocos, duas potências, um capitalista e o outro comunista.

O conceito de estado é uma construção teórico do período moderno que nasceu após um longo tempo de incubação. Um dos principais contribuintes para a noção moderna de estado foi Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo suíço cujos escritos inspiraram a Revolução Francesa (1789-1799). Além de Rousseau os filósofos ingleses Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704) também contribuíram para a consolidação da noção do estado moderno, no qual os indivíduos que vivem em sociedade celebram o chamado “Contrato Social”, ou seja, um pacto no qual se submetem a uma entidade criada – o Estado – que deverá regular as relações sociais de maneira a estabelecer limites, direitos e deveres, leis e assim contribuir para a justiça e para o florescimento de uma sociedade segura em todos os aspectos.

Na verdade todos nós somos beneficiados pelo surgimento do Estado Moderno, que foi visto por teólogos reformados como uma benesse da graça comum, pois restringem o mal, colaboram para o florescimento da justiça e da igualdade.<sup>3</sup> Contudo, há uma série de detalhes que podem ficar em suspensão: qual deve ser a abrangência do papel do estado? O estado deve prover bens e serviços como saúde, educação, moradia, segurança ou as pessoas devem ter autonomia para escolher seus serviços em uma mentalidade de comércio e negociação? É importante lembrar que quanto maior o alcance do estado em prover bens e serviços, maior é a carga tributária que é imposta sobre o cidadão e sobre as empresas. A alta carga tributária por sua vida impacta diretamente as questões econômicas de um país.

Além disso, é amplamente aceito que uma das funções do estado é regular a economia de uma nação. Isso implica que o governo regula a escolha de um modelo econômico (vamos considerar apenas dois modelos, que são o capitalismo e o comunismo por ora) e depois passa a controlar para o sistema econômico seja observado e leve a cabo seus resultados.

Isso impõe algumas questões: há um papel definido do estado segundo a Bíblia? Qual seria o modelo econômico mais alinhado com as Escrituras? O capitalismo, o comunismo ou nenhum dos dois? É errado o cristão ser rico? É errado o cristão ser pobre? Qual deve ser o papel do cristão frente ao presente sistema econômico, a pobreza, a desigualdade e a injustiça social de nosso país?

Estas questões estão atrelada a várias tensões de nossa época, incluindo o individualismo e o materialismo de nossa geração. Por outro lado, temos visto o surgimento de políticas muitas vezes paternalistas que infantilizam os mais pobres ao invés de dar a eles condições de uma mudança real de vida por meio da educação. Afinal, como cristãos, que respostas podemos encontrar nas Escrituras?

Primeiro, o Estado é um fruto da graça comum, pois a função do estado é de punir o mal e recompensar os que fazem o bem (1Pe 2.13,14). Logo, as Escrituras reconhecem o governo/estado como sendo algo bom, mas que pode tender para o mal e tornar-se um poder perseguidor dos cristãos e das Escrituras.

Segundo, existe a propriedade privada. Considerando que é função do estado punir os que fazem o mal, e uma das formas de “mal” nas Escrituras é o roubo. Uma das Dez Palavras é “Não roube” (Êx 20.15). Grudem e Asmus observam que só pode haver um comando para não roubar em uma sociedade na qual haja o conceito de propriedade privada.<sup>4</sup> Além

<sup>1</sup> PLANTINGA, Cornelius Jr. *O crente no mundo de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p.45

<sup>2</sup> PEARCEY, Nancy. *Verdade Absoluta: Libertando o cristianismo de seu cativo cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p.49

<sup>3</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.25

<sup>4</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.79

disso, quando o povo tomou a terra que lhes foi dada pelo Eterno, o próprio Eterno dividiu a terra conquistada entre as famílias (Josué 13 e 14). Ou seja, mesmo no antigo Israel Teocrático (Deus governando diretamente seu povo por meio da lei e sem linhagem real) havia sim a noção de uma terra que é sua e não é minha: propriedade privada.

Terceiro, a propriedade privada não pode acontecer sem dispositivos que propiciem atenção e cuidado aos pobres. É interessante notar que nesta sociedade, havia um dispositivo no qual uma família que tivesse empobrecido e perdido suas terras – por que precisou vendê-la para pagar dívidas ou algo parecido – teria sua descendência reempossada na terra original da família no Ano do Jubileu (Lv 25.8-55). O Ano do Jubileu era celebrado a cada cinquenta anos, quando cada família voltaria para a sua terra, pois a ordem do Eterno é: “Não explorem o seu irmão” (Lv 25.14). Além disso, o texto fabuloso de Levítico 23.22 diz assim: “Quando fizerem a colheita da sua terra, não colham até às extremidades da sua lavoura, nem ajuntem as espigas caídas da sua colheita. Deixem-nas para o necessitado e para o estrangeiro. Eu sou o Senhor, o Deus de vocês”. Em uma sociedade perfeita, a propriedade privada é restringida por mecanismos que impedem que haja um ciclo vicioso de empobrecimento, de tal maneira que os filhos herdem as más escolhas dos avós e pais e tenham suas possibilidades e seu futuro comprometidos.

Nancy Pearcey diz o que pode acontecer quando a cosmovisão bíblica é ignorada no modelo econômico: “Na economia, os extremos são o socialismo ou o comunismo *versus* o individualismo *laissez-faire*”.<sup>5</sup> Ou seja, o socialismo tenta resolver o problema da pobreza de uma maneira a tornar o estado absoluto: a noção de propriedade privada desaparece para dar lugar a um estado cujo controle passa a ser total. Obviamente há um mecanismo que desaparece nessa sociedade: a meritocracia. O filósofo suíço Michael de Bottom dedica um capítulo de seu livro “Desejo de status” para analisar a ideologia da meritocracia, que surgiu como o pensamento dominante da burguesia a fim de enfatizar que as pessoas devem merecer ascensão ao poder ou status financeiro como produto de seu trabalho, mostrando que há uma relação entre esforço e resultado.<sup>6</sup> De uma certa perspectiva a meritocracia mantém uma relação com a lei da sementeira que diz que há sim uma relação – embora nem sempre direta nem simples – entre o nosso esforço e o nosso trabalho. Paulo lembra os tessalonicenses: “Se alguém não quiser trabalhar, também não coma” (2Ts 3.10).

Já o capitalismo em sua forma mais extrema toma a meritocracia em sua forma mais agressiva e o resultado disso é chocante: se alguém é pobre, o único culpado é ele mesmo, pois afinal este indivíduo é um fracassado e perdedor. Bottom esclarece o pensamento da meritocracia da burguesia no Séc. XIX: “Se todos tinham o poder de tornarem-se bem sucedidos por esforço próprio, então a ação política de assistência as classes mais baixas somente recompensava o fracasso”.<sup>7</sup>

Ou seja, em um sistema que foi para o outro extremo como o individualismo *laissez-faire*, não há espaço para compaixão e misericórdia aos pobres e desafortunados. Ao fim, vamos tentar elaborar algumas respostas a questões menores dentro dessa estrutura.

Primeiro, as Escrituras não definem claramente um papel do estado mas deixam claro que é importante dar apoio e suporte aos mais pobres, criando políticas e mecanismos que possam trazer alívio aos efeitos da pobreza e equilibrar a distribuição de renda contribuindo a longo prazo para uma sociedade mais justa, principalmente provendo educação e oportunidades de trabalho e não em uma atitude paternalista.<sup>8</sup>

As Escrituras também não definem claramente um modelo econômico, mas com certeza toda e qualquer tentativa de combinar o Marxismo e as Escrituras está errada no seu início, simplesmente por que o modelo filosófico do pensamento Marxista é a dialética materialista, ou seja: é ateu em seus pressupostos mais básicos e vê na propriedade privada o mal do mundo – nós cristãos cremos que é o pecado – e vê no socialismo a salvação do mundo – nós cristãos cremos que a salvação está em Jesus.<sup>9</sup> Por outro lado seria o capitalismo mais bíblico? Não necessariamente. A Bíblia não pressupõe que as pessoas ricas chegaram a riqueza sempre por meios desonestos,<sup>10</sup> mas as Escrituras afirmam de capa a capa que as pessoas que tem maiores possibilidades financeiras tem deveres e encargos para com os pobres e os que sofrem. A parábola de Jesus acerca do rico e de Lázaro está precisamente neste contexto (Lc 16.19-31). Em outra parábola Jesus mostra um homem que confia em sua riqueza e Jesus o chama de louco aquele que “guarda para si riquezas, mas não é rico para com Deus” (Lc 12.13-21).

Isso por si só já responde que não há nada de errado em ser pobre – a maioria dos primeiros discípulos de Jesus eram pobres – e não há nada de errado em ser rico – várias mulheres ricas que seguiam a Cristo apoiaram seu ministério financeiramente (Lc 8.1-3). A questão é que a Teologia da Libertação demoniza a riqueza e canoniza os pobres, enquanto a Teologia da Prosperidade demoniza a pobreza e canoniza os ricos, ambas indo para extremos sem considerar que o importante não é o quanto temos de dinheiro no bolso, mas qual é a nossa relação com o dinheiro que temos. A Teologia da Libertação é o discurso pretensamente cristão distorcido pelo extremo do marxismo, enquanto a Teologia da prosperidade é o discurso vil de uma voz pretensamente cristã mas que foi comprada pelo extremo do capitalismo, fé mercantilizada.

Nancy Pearcey nos lembra que “em nível conceitual, precisamos de economistas cristãos que repensem a economia moderna do zero, e elaborem de forma criativa uma filosofia de economia inspirada na Bíblia Sagrada”.<sup>11</sup>

<sup>5</sup> PEARCEY, Nancy. Verdade Absoluta: *Libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p.150

<sup>6</sup> BOTTOM, Michael de. *Desejo de status*. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p.62

<sup>7</sup> BOTTOM, Michael de. *Desejo de status*. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Rocco, 2013, p.86

<sup>8</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.56

<sup>9</sup> PEARCEY, Nancy. Verdade Absoluta: *Libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p.152,153

<sup>10</sup> GRUDEM, Wayne; ASMUS, Barry. *Economia e Política na cosmovisão cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2016, p.53

<sup>11</sup> PEARCEY, Nancy. Verdade Absoluta: *Libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006, p.385